



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 20 Nº 4
Abril de 2011

Conjuntura FEE

O Brasil menos desigual?

Uma enorme desigualdade social tem sido a marca mais duradoura da formação econômica e social do Brasil. Os fenômenos da modernidade, da industrialização, da urbanização e da democracia em nada contribuíram para reduzir o imenso fosso que separa a grande maioria do povo da pequena elite, que, controlando o poder econômico, alcança apropriar-se da maior parte da renda nacional. Se o último período de crescimento, nos distantes anos 70, propiciou uma pequena redução do Índice de Gini, de 0,623 em 1976 para 0,584 em 1981, a crise que se seguiu impôs a estabilidade como objetivo da política econômica. Seus efeitos resultaram num aumento da desigualdade, tendo o Índice atingido 0,602 em 1997. Os anos de baixa inflação e o crescimento e a ampliação das políticas sociais que se sucederam viram uma redução da medida da desigualdade para 0,589 em 2002, tendência que continuou nos anos seguintes, até a marca de 0,543 em 2009.

Como é sabido, esses índices, calculados a partir dos rendimentos apurados pela PNAD do IBGE, são representativos quase exclusivamente de ganhos do trabalho. A melhor aferição do grau de democracia nas relações econômicas de uma sociedade é dada pelos componentes do PIB, na chamada ótica da renda, conforme mostra a tabela. Entre 2002 e 2008, a parcela apropriada pelos trabalhadores do produto por eles criado subiu de 39,85% para 41,9%. Que movimento está por trás dessa mudança?

Em primeiro lugar, o fato de a economia brasileira vir experimentando um ciclo de crescimento da renda e do emprego desde 2004, apresentando uma variação média anual de 4,42% até 2010. Essa realidade difere em muito da de mais de duas décadas anteriores, em que o crescimento foi pífio, com média de 2,04% entre 1981 e 2003. O crescimento gera um ambiente favorável aos trabalhadores, com redução do desemprego e escassez relativa de mão de obra, que favorecem o aumento dos salários. Entre o final de 2003 e o de 2010, a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE apurou uma variação de R\$ 1.235,10 para R\$ 1.596,05 no rendimento médio real das pessoas ocupadas.

Um segundo fator foi a ampliação dos gastos sociais através de uma maior cobertura de programas como o Bolsa Família. Embora as contribuições sociais que financiam boa parte desses gastos não tenham sido alteradas, como se vê na tabela, o impacto sobre a pobreza extrema foi significativo. Em 2003, eram 15,2% as pessoas nessa situação, e, em 2009, apenas 7,28%, conforme o IPEA. Ainda no campo das políticas sociais, um terceiro importante elemento foi o processo continuado de crescimento do salário mínimo, com impacto direto não apenas sobre os trabalhadores de menor qualificação, mas também sobre os milhões de beneficiários da Previdência Social. Em dezembro de 2002, o valor era de R\$ 318,74 e alcançou R\$ 517,57 em dezembro de 2010, em termos reais.

O crescimento da participação do trabalho na renda teve como contrapartida a redução dos lucros, o excedente de exploração, que caíram de 34,4% para 33,2% do PIB entre 2002 e 2008. Também perdeu espaço na renda nacional o chamado rendimento misto, pequenos empreendedores e trabalhadores por conta própria, reduzidos de 10,9% para 8,8%. Esse movimento deve ser creditado ao avanço da formalização pela geração de empregos com carteira de trabalho assinada, que atraíram um contingente significativo dessas pessoas. Por fim, deve-se atentar para um crescimento também da renda do Governo, na forma de impostos.

A melhora nos indicadores de distribuição na renda, seja na redução da concentração entre os trabalhadores, seja, principalmente, na divisão do produto nacional entre o capital e o trabalho, foi resultado não apenas da inflexão do ciclo econômico em direção a um crescimento mais duradouro, mas também da ação consciente e planejada do Estado na condução de suas políticas de desenvolvimento, com uma prioridade pouco frequente na nossa história: a inclusão social e o combate à pobreza. Para isso, é decisiva a mudança na distribuição funcional da renda, que, de qualquer maneira, ainda expressa uma enorme iniquidade. Basta lembrar que, entre os membros da OCDE, a participação do trabalho na renda nacional se mantém num patamar entre 60% e 80%, dependendo do país.

Componentes do Produto Interno Bruto, ou distribuição funcional da renda, no Brasil — 2002-08

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Remuneração dos empregados	39,8	39,5	39,3	40,1	40,9	41,3	41,9
Salários	30,9	31,1	30,8	31,7	32,5	32,7	33,1
Contribuições sociais	8,9	8,4	8,4	8,4	8,4	8,6	8,8
Rendimento misto bruto	10,9	10,6	9,7	9,4	9,0	9,0	8,8
Excedente operacional bruto	34,4	35,3	35,6	35,2	34,8	34,4	33,2
Impostos sobre a produção e a importação ..	14,9	14,6	15,4	15,4	15,3	15,3	16,2

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Luiz A. E. Faria (FEE/CEES)

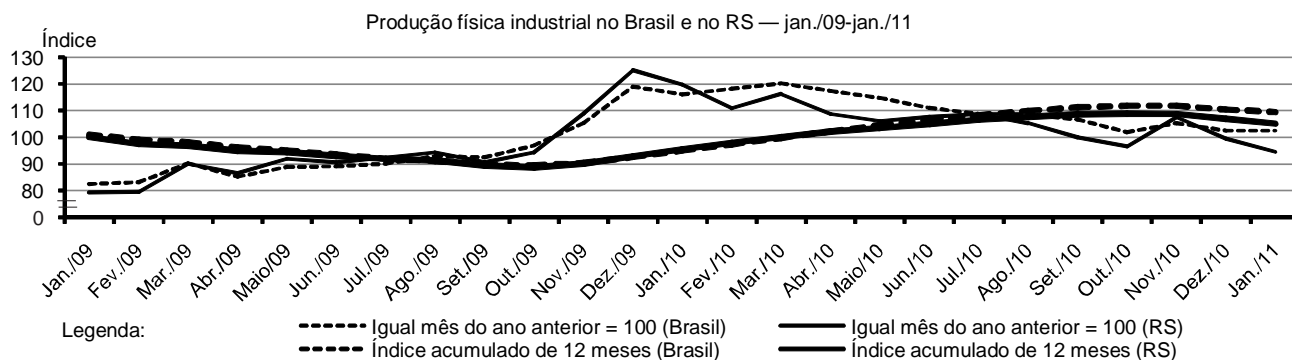
Sinais de desaceleração da indústria gaúcha

No primeiro mês de 2011, a produção física industrial brasileira registrou aumento de 0,2% em relação a dez./10, após variação negativa nos dois meses anteriores. No RS, houve queda em janeiro (-2,3%), depois do recuo de 4,6% no mês anterior.

Na comparação com jan./10, a produção industrial no Brasil apresentou crescimento de 2,5%, enquanto, no último trimestre de 2010, comparado a igual período do ano anterior, cresceu 3,2%. Essa variação do ritmo de crescimento permite notar-se um processo de desaceleração da atividade industrial, observado também na evolução do índice acumulado de 12 meses. No RS, a produção industrial apresentou fraco desempenho, tanto na comparação do último trimestre de

2010 com igual período de 2009 (1,8%) quanto na comparação mensal jan./10-jan./11 (-5,5%). Isso revela não apenas que o Estado acompanha a tendência de desaceleração da indústria brasileira, como essa tendência se manifesta de maneira mais intensa na estrutura industrial gaúcha, devendo impactar negativamente sobre o crescimento do PIB em 2011.

Dentre os setores da indústria gaúcha que mais contribuíram para o desempenho negativo em relação a jan./10, destacam-se: refino de petróleo e álcool (-19,1%), outros produtos químicos (-12,4%), celulose e papel (-18,2%), metalurgia básica (-23,8%) e mobiliário (-31,5%). Por outro lado, atividades de máquinas e equipamentos (11,5%) e alimentos (6,7%) apresentaram os melhores resultados.



FONTE: PIM-PF-IBGE.

César S. Conceição (FEE/NAS)

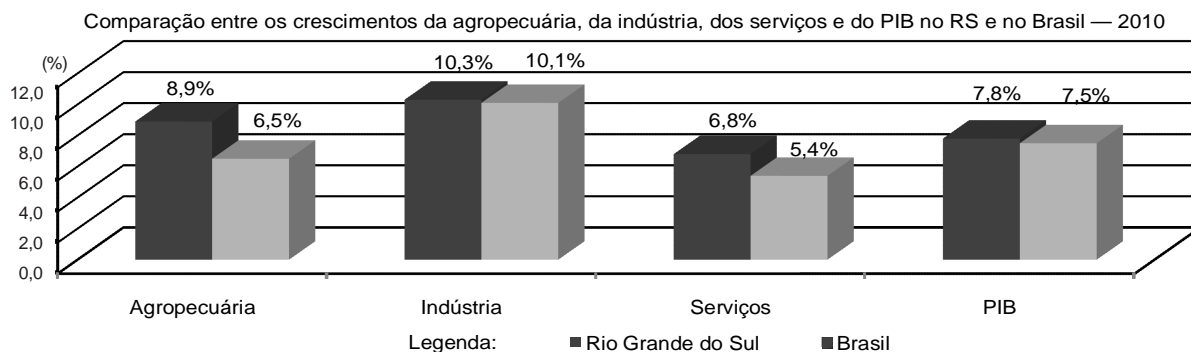
Economias gaúcha e brasileira em 2010: desempenho comparado

Segundo dados oficiais do IBGE, o PIB brasileiro cresceu 7,5% em 2010, o que representa seu melhor desempenho desde 1986. Paralelamente, a estimativa da FEE aponta um crescimento do PIB do RS na ordem de 7,8%. A decomposição setorial desses desempenhos revela diferenças importantes, principalmente na agropecuária e nos serviços, que apresentaram crescimento superior no RS.

A agropecuária, guiada pelo bom desempenho da soja e do milho, cresceu mais no RS (8,9%) do que no Brasil (6,5%). Na indústria, houve leve vantagem para o RS (10,3%, ante 10,1% do Brasil), onde as atividades de metalurgia básica, máquinas e equipamentos e veículos automotores se desta-

caram de forma bastante positiva. Por fim, no que se refere aos serviços, o melhor desempenho do comércio fez com que o RS (6,8%) crescesse mais que o Brasil (5,4%).

Apesar do acentuado crescimento registrado no ano, os dados referentes ao quarto trimestre de 2010 indicam uma desaceleração da atividade econômica, que se mantém positiva, essencialmente em função do crescimento do consumo das famílias. A formação bruta de capital fixo, que diz respeito aos investimentos produtivos na economia, evoluiu, no Brasil, apenas 0,7% no quarto trimestre, seu pior desempenho desde o primeiro trimestre de 2009.



FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social. IBGE.

Jéfferson Augusto Colombo (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

**Carta
de
Conjuntura FEE**

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./00-fev./11

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 4

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IBGE)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Bacen)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa jun./1994 = 100)	Taxa de Variação (7)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (8)	
Dez./00	4,3	15,6	-	6,0	16,50	100,8	-8,1	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	15,6	10,6	7,7	19,00	117,0	24,1	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	16,2	10,5	12,5	22,00	158,0	10,5	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	14,9	10,9	9,3	17,50	133,8	3,6	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	15,5	9,6	7,6	17,25	127,4	-1,6	134,4	24,8	87 344
Dez./05	3,2	15,2	8,3	5,7	18,50	101,2	-18,5	135,5	21,3	98 306
Dez./06	4,0	15,8	8,4	3,1	13,25	99,9	-10,6	135,1	19,7	118 304
Dez./07	6,1	17,6	7,4	4,5	11,25	87,2	-7,2	141,0	21,8	143 642
Dez./08	5,2	18,4	6,8	5,9	13,75	106,4	-3,6	148,2	23,1	145 742
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	98,3	0,8	114,5	0,6	135 861
Mar./09	2,9	16,3	9,0	5,6	11,25	97,5	2,9	111,2	-2,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	95,1	4,6	110,2	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	89,7	6,1	114,8	4,2	134 772
Jun./09	0,5	16,2	8,1	4,8	9,25	87,1	7,5	112,3	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	85,7	8,9	113,4	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	82,3	10,4	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,7	17,9	7,7	4,3	8,75	81,7	10,3	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	78,8	6,8	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	78,7	3,4	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,6	17,3	6,8	4,3	8,75	78,8	-1,1	145,3	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	79,2	-4,2	117,4	-19,2	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	80,5	-7,0	116,4	-0,9	161 879
Mar./10	2,2	18,2	7,6	5,2	8,75	77,9	-9,7	114,8	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	76,6	-12,1	112,8	-1,7	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	76,6	-13,7	114,5	1,5	159 897
Jun./10	5,3	18,2	7,0	4,8	10,25	75,5	-15,2	116,1	1,4	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	75,4	-16,4	120,0	3,4	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	76,1	-17,2	114,6	-4,5	168 625
Set./10	7,5	19,4	6,2	4,7	10,75	74,4	-17,4	115,3	0,6	172 969
Out./10	-	-	6,1	5,2	10,75	74,1	-16,2	117,5	1,9	176 942
Nov./10	-	-	5,7	5,6	10,75	74,6	-14,9	128,1	9,0	177 834
Dez./10	7,5	18,0	5,3	5,9	11,25	72,6	-13,3	149,4	16,6	197 388
Jan./11	-	-	6,1	6,0	11,75	72,5	-12,2	122,5	-18,0	192 047
Fev./11	-	-	6,4	6,0	-	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./00-fev./11

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (9)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (7)	Importações (7)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Dez./08	-3,68	38,5	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,71	2,73	-1,02	193 783	262 910
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,63	2,75	-1,12	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,48	2,70	-1,22	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,31	2,74	-1,42	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,4	78,7	5,1	10,7	-1,40	2,86	-1,46	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,27	2,81	-1,54	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,23	2,68	-1,45	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,21	2,48	-1,27	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,89	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,17	2,14	-0,97	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,27	1,95	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,39	1,87	-0,48	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,52	1,62	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,77	-5,0	-2,4	82,1	-20,5	-24,7	-1,52	1,48	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,24	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,4	-1,62	1,47	0,15	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,47	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,74	1,44	0,30	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,85	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,93	1,32	0,60	247 292	290 690
Mai/10	-2,16	41,4	131,03	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,88	1,34	0,54	249 846	299 291
Jun./10	-2,06	41,1	128,13	6,5	-2,0	85,1	-2,8	2,1	-2,07	1,27	0,79	253 114	309 566
Jul./10	-2,01	41,4	133,63	8,3	3,9	85,0	2,8	9,8	-2,17	1,31	0,86	257 299	316 688
Ago./10	-1,98	41,8	136,36	9,8	0,9	85,4	9,8	19,5	-2,24	1,32	0,92	261 320	318 613
Set./10	-2,90	40,3	134,27	11,2	-1,7	85,9	17,1	27,7	-2,30	1,49	0,82	275 206	333 199
Out./10	-2,76	40,0	136,56	11,8	0,9	86,4	23,3	35,1	-2,33	1,73	0,60	284 930	343 784
Nov./10	-2,51	40,0	135,47	11,7	-0,4	86,1	28,3	40,5	-2,39	1,83	0,56	285 461	338 155
Dez./10	-2,78	40,4	121,23	10,4	-8,3	85,3	32,0	42,2	-2,27	2,32	-0,05	288 575	351 961
Jan./11	-2,81	40,1	116,58	9,4	-1,7	83,1	33,2	43,5	-2,33	2,41	-0,08	297 696	357 174
Fev./11	-	-	-	-	-	83,7	33,9	42,0	-2,31	2,62	-0,31	307 516	369 816

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual acumulada em quatro trimestres. (2) Taxa de investimento acumulada em quatro trimestres. Quociente entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB, ambos a preços correntes. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 15 moedas: EUA, Japão, Argentina, China, Países Baixos, Alemanha, México, Itália, Chile, Rússia, Reino Unido, França, Bélgica, Espanha e Coreia do Sul. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual acumulada em 12 meses. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 4

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./08-fev./11

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS (2)	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IPC (IEPE)	IPCA POA (IBGE)
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	97,48
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	98,19
Dez./08	2,7	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	98,33
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	98,57
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	98,95
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	99,10
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	100,00
Mai./09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	100,65
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	100,78
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	100,90
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	100,93
Set./09	-	105,30	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	101,19
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	101,34
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	101,94
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	101,97
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	102,54
Fev./10	-	93,33	110,88	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	103,29
Mar./10	-	118,41	116,20	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	104,12
Abr./10	-	113,56	108,67	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	104,70
Mai./10	-	111,69	106,05	111,98	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	104,77
Jun./10	-	112,72	107,65	111,20	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	104,61
Jul./10	-	119,62	108,72	110,81	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	104,80
Ago./10	-	114,10	105,35	110,07	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	105,05
Set./10	-	105,27	99,97	108,90	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	105,25
Out./10	-	107,90	96,62	107,55	760,8	355,9	147,5	1 423,4	105,99	105,91
Nov./10	-	116,10	107,47	107,54	786,6	398,5	153,6	1 508,2	106,49	106,61
Dez./10	7,8	101,72	99,48	106,87	877,8	339,2	156,4	1 551,1	107,04	107,21
Jan./11	-	92,39	94,53	94,53	838,2	363,0	229,9	1 611,1	107,80	107,71
Fev./11	-	-	-	-	688,7	368,5	149,9	1 378,3	108,71	108,61

(continua)

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 4
ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./08-fev./11

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 299	1 298	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 291	1 298	545 726	1 702 679	1 120 830
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 272	1 269	504 271	1 821 798	1 211 405
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 284	1 266	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 307	1 291	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 316	1 315	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 297	1 311	518 975	1 878 610	1 057 070
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 275	1 288	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 301	1 289	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	- 481	9,2	12,0	1 316	1 309	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 325	1 303	535 211	1 732 263	1 423 938
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 311	1 308	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 340	1 327	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 313	1 308	531 690	1 751 336	932 123
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 327	1 332	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 298	1 295	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 333	1 317	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 342	1 313	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 338	1 312	582 585	1 963 257	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 326	1 309	585 325	1 824 913	1 570 957
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 338	1 313	586 363	1 801 932	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 361	1 338	585 557	1 835 915	1 574 764
Ago./10	15 675	7,1	8,7	1 381	1 367	575 378	1 826 812	1 374 519
Set./10	11 139	7,0	8,5	1 379	1 360	539 893	1 736 628	1 438 940
Out./10	18 592	6,8	8,2	1 373	1 351	-	-	1 425 566
Nov./10	21 729	6,2	7,7	1 382	1 343	-	-	1 152 517
Dez./10	-18 194	5,8	7,2	1 374	1 356	-	-	1 275 596
Jan./11	17 232	5,9	7,3	1 393	1 373	-	-	1 122 210
Fev./11	20 380	6,1	7,3	-	-	-	-	1 166 522

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Base: abr./09 = 100. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jan./11. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 2002 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Evolução recente do IDE das empresas gaúchas mais internacionalizadas

Ao longo dos últimos anos, algumas empresas gaúchas, como a Gerdau, a Marcopolo, a Arteccla e a Lupatech, ingressaram no seleto grupo de multinacionais brasileiras. O processo de internacionalização, iniciado através das exportações, foi complementado com a realização de investimentos diretos no exterior (IDE), via aquisição de empresas já existentes, instalação de novas fábricas ou formação de *joint ventures*. O ano de 2010, no entanto, foi de transição para uma nova geografia dos negócios, haja vista a lenta recuperação da crise de 2008 por parte dos países desenvolvidos e a reconhecida importância de países emergentes, como a China e a Índia, para a nova dinâmica da economia mundial. Do mesmo modo, alguns países da África e da América do Sul, menos atingidos pela crise, continuaram crescendo e tornaram-se temporariamente mais atraentes que os mercados tradicionais dos países desenvolvidos. Além disso, o próprio mercado interno brasileiro, ao continuar aquecido, requer novos investimentos.

Assim sendo, em 2010, a Marcopolo passou por um processo de reestruturação das operações no exterior, fechando as unidades da empresa em Portugal e na Rússia, mas apresentando excelente desempenho na África do Sul e na Índia. A Randon implantou, no Egito, mais uma unidade montadora de semirreboques, em associação com empresários locais, e a Arteccla continua investindo na ampliação de suas fábricas

na Colômbia, no Peru e no Chile. Por outra parte, a Lupatech optou por desacelerar o ritmo de internacionalização e aguardar sinais consistentes de recuperação, e a Gerdau — que, durante a última década, investiu pesado no exterior —, no seu plano de investimentos para o período 2010-14, preferiu privilegiar o mercado interno, alocando 80% dos recursos nas unidades brasileiras.

Ranking das empresas e/ou grupos gaúchos mais internacionalizados — 2010

RANKING	SETORES DE ATIVIDADES
1º - Grupo Gerdau	Metalurgia e siderurgia
2º - Marcopolo	Veículos e peças
3º - Arteccla	Química e petroquímica
4º - Lupatech	Mecânica
5º - Agrale	Veículos e peças
6º - DHB	Veículos e peças
7º - Randon	Veículos e peças

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Valor Multinacionais Brasileiras, v. 3, n. 3, p. 28, set. 2010.

Beky Macadar (FEE/CEES)

Desempenho heterogêneo das exportações regionais

As exportações brasileiras alcançaram US\$ 201,9 bilhões em 2010, um crescimento de 32,0% em relação a 2009. Trata-se de um bom desempenho, superior ao crescimento de 22,0% das exportações mundiais no mesmo período (segundo dados da OMC). O resultado agregado oculta, no entanto, dinâmicas bastante diferenciadas entre as regiões do País. De modo geral, as regiões que exportaram produtos ligados à indústria extrativa mineral apresentaram taxas de crescimento superiores à média nacional, enquanto as regiões com maior participação de bens manufaturados e agrícolas apresentaram taxas de crescimento inferiores à média nacional. Como resultado, as Regiões Sul e Centro-Oeste cederam espaço na pauta de exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que houve aumento da participação das Regiões Sudeste, Nordeste e Norte.

O ganho de participação da Região Sudeste deve-se à expansão das exportações de minério de ferro de Minas Ge-

rais e do Espírito Santo e de petróleo do Rio de Janeiro. O desempenho de São Paulo, maior Estado exportador da Região, cuja pauta de exportações se caracteriza pela predominância de bens manufaturados e agrícolas, ficou abaixo da média nacional (crescimento de 23,4% em valor e de 11,6% em volume). O mesmo vale para o ganho de participação da Região Nordeste, impulsionado pelo crescimento das exportações de minério de ferro do Maranhão, enquanto a Bahia, maior Estado exportador da Região, em cuja pauta também predominam bens manufaturados e agrícolas, apresentou taxas de crescimento inferiores à nacional (crescimento de 26,7% em valor e de 5,0% em volume). Na Região Norte, o ganho de participação deve-se à expansão das vendas de minério de ferro do Pará. Já o baixo dinamismo das Regiões Centro-Oeste e Sul se deve, em grande medida, à queda das exportações de grãos de soja no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Desempenho das exportações, por regiões, do Brasil — 2009-10

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %		2010/2009 (%)		
	2009	2010	Valor	Volume	Preço
Brasil	100,0	100,0	32,0	12,4	17,4
Sudeste	53,5	57,2	41,0	16,3	21,2
Sul	21,5	18,4	12,9	5,0	7,5
Nordeste	7,6	7,9	36,6	6,3	28,5
Centro-Oeste	9,2	7,7	10,6	2,7	7,7
Norte	6,6	7,5	49,4	1,8	46,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

Cecília Rutkoski Hoff (FEE/CIE)

Os impasses da Previdência Estadual

Segundo a justificativa do projeto de reforma da previdência de 2003, Emenda Constitucional nº 41 (EC 41), voltada para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos sob a responsabilidade do Tesouro das administrações públicas federal, estadual e municipal, beneficiando pouco mais de 2,5 milhões de servidores, tinha, em 2002, um déficit de R\$ 39,1 bilhões. Pode-se avaliar a dimensão desse déficit, quando comparado, por exemplo, com o orçamento do Ministério da Saúde, que foi de R\$ 28,5 bilhões de reais naquele ano.

A EC 41 procurou responder à seguinte questão: quem paga a conta do enorme déficit acumulado do sistema previdenciário público brasileiro, a sociedade ou o servidor? A resposta está no teor das medidas aprovadas na reforma constitucional: os servidores. Aqueles que já estavam em atividade não foram muito atingidos, devido à resistência das corporações, de seus aliados no Parlamento e de decisões do Supremo Tribunal Federal. Foram mantidas a paridade (reajustes na inatividade iguais aos dos servidores ativos) e a integralidade (remuneração igual à última recebida), mas foram aprovados a contribuição na inatividade e um redutor nas pensões.

No Rio Grande do Sul, a adequação à EC 41 começou com a Lei nº 12.065/2004, que fixou as regras para o funcionamento do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), como o RPPS do Estado do RS. Todavia, somente a partir de 2009, o IPERGS passou a receber os repasses do Tesouro referentes à contribuição do Estado, no valor equivalente ao dobro das contribuições dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, e a complementação necessária para

a cobertura do déficit previdenciário. As contribuições do Estado, mesmo somadas às dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, cobrem apenas 25% do total de despesas; assim, o déficit da Previdência em 2009 chegou a mais de R\$ 4,5 bilhões (tabela). Diante desse grave quadro, cresce a expectativa quanto à votação do Projeto de Lei nº 393/2007, que autoriza o Regime de Previdência Complementar (RPC-RS) para os servidores públicos do Estado do RS.

O servidor que ingressar no serviço público após a aprovação do RPC-RS terá um benefício de aposentadoria limitado ao teto do INSS (atualmente R\$ 3.689,66), com contribuição de 11%. Esse servidor poderá complementar a sua aposentadoria mediante adesão ao RPC, pagando uma contribuição de 7,5% sobre o valor que exceder ao teto, mesma contribuição que o Estado terá de recolher. A Previdência Complementar funcionará sob o regime de capitalização, e o benefício será de contribuição definida: o servidor sabe quanto vai contribuir, mas não tem ideia de quanto vai receber de complementação. Os atuais servidores que ingressaram no serviço público até 30 de dezembro de 2003 poderão aderir ao novo regime e, nesse caso, receberão um benefício especial, calculado com base nas parcelas recolhidas acima do teto do INSS ao longo de seu tempo de serviço.

Os problemas que poderão surgir com a proposta do RPC são a resistência dos servidores e o custo de transição para o novo regime, na medida em que o Tesouro deixará de arrecadar 11% acima do teto dos novos servidores e ainda terá de pagar o benefício especial dos atuais servidores optantes. Por outro lado, os efeitos benéficos do RPC só serão sentidos daqui a 20 anos.

Receitas, despesas e resultados do Regime Próprio de Previdência Social do RS — 2002-09

(R\$ 1 000 000,00 correntes)

ANOS	RECEITA (A)	DESPESA (B)	DÉFICIT (C)	RELAÇÃO A/B (%)
2002	303	3 317	3 014	9
2003	333	3 550	3 216	9
2004	503	3 761	3 258	13
2005	501	4 241	3 740	12
2006	555	4 550	3 995	12
2007	614	5 127	4 514	12
2008	625	5 531	4 906	11
2009	1 496	6 058	4 562	25

FONTE: Tribunal de Contas do Estado do RS.

Calino Pacheco Filho (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.03.11).
ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser**
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração
Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão
Coordenação: Susana Kerschner. Revisora: Maria Inacia Flôr Reinaldo.

Editoria
Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.